



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**Câmara Municipal de Rio Largo**  
Rua Euclides Afonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000  
Fones: 3261-3618 – Rio Largo-AL

**PROJETO DE LEI Nº 21 DE 02 DE AGOSTO DE 2021.**

**Dispõe sobre a implementação do "Programa Educacional para a Prática de Educação Física adaptada para Estudantes com Deficiência".**

A Câmara Municipal de Rio Largo decreta :

Art. 1º As escolas municipais, que ministrarem aulas de educação física para Estudantes do ensino fundamental, poderão implantar o "Programa Educacional para a Prática de Educação Física adaptada para Estudantes com Deficiência."

§ 1º O Programa possibilitará a prática da educação física adaptada.

§ 2º O Programa de educação física adaptada será aplicado para o desenvolvimento e inclusão dos estudantes com deficiência.

Art. 2º O programa de educação física adaptada deverá observar as seguintes diretrizes:

I - garantir a inclusão do estudante com deficiência nas atividades da educação física escolar;

II - promover a capacitação de professores da área de educação física para aplicação deste programa de inclusão social;

III - garantir a adequação dos espaços físicos das escolas nos termos da legislação vigente no que também à acessibilidade; e

IV - promover o atendimento educacional no que diz respeito à educação física escolar.

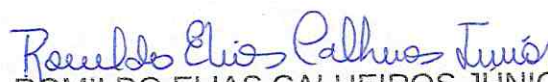
Art. 3º O Poder Executivo poderá firmar convênios e/ou parcerias com instituições e entidades públicas e privadas filantrópicas, para o desenvolvimento da educação física adaptada.

Art. 4º Poderá o Poder Executivo a seu critério incluir em programa municipal de incentivos diversos instituições privadas que aderirem ao programa de educação física adaptada.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa dias), contados da data da sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões , 02 de Agosto de 2021.

  
ROMILDO ELIAS CALHEIROS JÚNIOR  
VEREADOR – PDT



ESTADO DE ALAGOAS  
Câmara Municipal de Rio Largo  
Rua Euclides Afonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000  
Fones: 3261-3618 – Rio Largo-AL

Cont. do PL 21/2021 – Poder Legislativo

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 21/2021

A Educação Inclusiva está prevista em Lei Federal n 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases - LDB, desde 1996.

O princípio da inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à escola para todos, um lugar que inclua os estudantes, que celebre a diferença, que apoie a aprendizagem e responda as necessidades individuais. Para que isso seja realidade, a escola deve estar preparada para receber, respeitar e se comunicar com todos os estudantes e membros da comunidade.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo a implementação de um Programa Educacional específico para a inclusão dos estudantes com deficiência na educação física escolar, fazendo com que, além de cumprir as diretrizes já determinadas referentes à Educação Inclusiva, ela ocorra também em atividades práticas da educação física.

A Escola Inclusiva é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, ajudam e são ajudados por seus colegas e outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas. Dignifica que ela educa todos os estudantes em salas regulares, ou seja, todos os estudantes recebem oportunidades educacionais adequadas, ajustadas as suas habilidades e necessidades, recebendo apoio tanto dos próprios estudantes quanto dos professores, para alcançar o sucesso nas principais atividades, ou seja, a criança pode aprender e fazer parte da vida escolar comunitária, pois a diversidade é valorizada.

A Educação Inclusiva não é uma teoria, mas e(a então) baseada numa questão de direitos humanos, ou seja, apesar das diferenças, todos temos direitos iguais. Ela precisa e se apoia em um tripé que é composto pela rede de apoio, consulta cooperativa e trabalho em equipe e aprendizagem cooperativa. Acreditamos que o livre acesso e acolhimento, bem como todo o suporte para que o estudante com deficiência possa participar ativamente das aulas de educação física e ter entrosamento com os professores e amigos possam garantir o seu pleno de inclusão e desenvolvimento.

Pela razões expostas e diante da importância desta proposição solicito o apoio e aprovação do Douto Plenário.

Sala das Sessões, 02 de agosto de 2021.

  
ROMILDO ELIAS CALHEIROS JUNIOR  
VEREADOR – PDT